

## **O LUGAR DA COEDUCAÇÃO NAS PRÁTICAS DOCENTES, ENTRE MISTURAS E SEPARAÇÕES: QUANDO FOMENTAM E QUANDO ENFRENTAM AS DESIGUALDADES DE GÊNERO**

Rubem Viana de Carvalho

*Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Centro Acadêmico do Agreste - CAA  
E-mail: psirubemviana@gmail.com*

**Resumo:** A presente pesquisa lança-se na discussão da coeducação de gênero na sala de aula, analisada a partir das práticas de mistura e separação do/a professor/a do quinto ano do ensino fundamental. Para compreendermos como é tratada as questões de gênero na educação básica, por acreditarmos que a educação é um dispositivo importante no enfrentamento as desigualdades de gênero. Para darmos conta dessa discussão temos como objetivo geral: Analisar o tratamento dado a coeducação das relações de gênero nas práticas pedagógicas dos/as docentes do Ensino Fundamental I. Quanto ao método epistemológico, optamos pela pesquisa qualitativa do tipo etnográfico e para análise dos dados, utilizamos a Análise de Conteúdo. Nos resultados retomaremos os objetivos específicos ao realizarmos esclarecimentos acerca de cada um deles aproximando teoria e campo. Por fim, os resultados apontam para a inexistência da coeducação como prática pedagógica consolidada, no entanto, foi verificado a existência da compreensão por parte dos docentes da importância de práticas de coeducação.

**Palavras-chave:** Educação, Coeducação, Gênero, Práticas Pedagógicas

### **Introdução**

Desde o surgimento das primeiras experiências escolares na antiguidade, a escola enquanto instituição social que se propõe a formação dos sujeitos foi historicamente marcada pelas desigualdades entre meninos e meninas, desigualdades essas, muitas vezes justificadas pela diferença dos sexos. Assim, por muito tempo, meninas não puderam frequentar o espaço escolar, ou tiveram uma educação diferente da destinada aos meninos, pensada para a esfera privada da vida social. O exercício do pensamento crítico e o ensino para a profissionalização era destinada aos meninos (ALMEIDA, 2007a, 2007b, 2015).

Desta forma, a escola é historicamente marcada pelas desigualdades de gênero, que ainda estão presentes em muitas práticas docentes dos espaços escolares contemporâneos como nos traz Louro (1997), desigualdades que segregam e exclui sujeitos, considerados diferentes ou desviantes da norma padrão do homem branco. No entanto, alguns esforços têm sido tomados para diminuir as desigualdades de gênero na escola, a partir de olhares que vêm problematizando as práticas pedagógicas e docentes, como é o caso da coeducação defendida por Daniela Araújo (2006). Esses novos olhares para as políticas escolares e para as práticas pedagógicas e docentes voltados para as

relações de gênero surgiram com o

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

movimento feminista do final século XIX, através de reivindicações das mulheres ao sufrágio e por igualdade educacional para meninos e meninas por meio de uma educação indiferenciada para ambos os sexos, dando surgimento as escolas mistas.

No entanto, a escola mista que hoje temos no Brasil, se revela falha, no que se refere a educação para a equidade de gênero, pois a simples mistura entre meninos e meninas não é suficiente para diminuir as desigualdades de gênero, que são fruto de uma estrutura social complexa e histórica, como nos mostra Auad (2006). Assim, a escola ainda hoje “fabrica” corpos desiguais como afirma Louro (1997), essa autora, contribui a essa discussão ao afirmar e problematizar que os espaços escolares são marcados pelas relações de gênero, relações essas que são desiguais, e que implicam em relações históricas de poder, desta forma, a partir dessa assertiva é possível apontarmos que a escola contemporânea ainda é sexista e excludente.

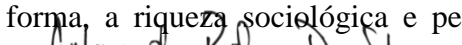
É diante deste contexto escolar, que aponta para a necessidade de novas práticas emancipadoras e democráticas que lançamos a seguinte questão provocadora: Como é tratada a coeducação das relações de gênero nas práticas docentes de professores do Ensino Fundamental I? Sabendo que o caminho de melhoramento das desigualdades que existem na escola é um “processo” que deve envolver leis e medidas que articulem todas as esferas da sociedade, da administração pública aos docentes em sala de aula, lançamos aqui mais um olhar sobre as relações de gênero que se estabelecem nas práticas pedagógicas escolares, apontando a coeducação como possibilidade de prática pedagógica emancipadora, com o intuito de levantar reflexões e propor alternativas as práticas pedagógicas tradicionais vigentes.

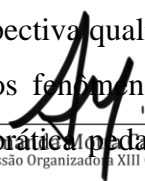
Nesse exercício de pesquisa, temos como objetivo geral: Analisar o tratamento dado a coeducação das relações de gênero nas práticas pedagógicas dos/as docentes do Ensino Fundamental I. E como objetivos específicos: Identificar onde se situa a coeducação de gênero nas práticas de mistura e separação mediadas pelo/as docentes; Apontar as principais percepções relativas as relações de gênero dos docentes.


### **Caminho Metodológico**

Nossa pesquisa foi construída numa perspectiva qualitativa, por acreditarmos que, desta forma, a riqueza sociológica e pedagógica dos fenômenos teria seu conteúdo preservado.

Nosso campo de pesquisa é a coeducação enquanto prática pedagógica, desta forma, nosso estudo está delimitado enquanto campo a uma escola

  
Antonio de Paula D. Silva  
Coordenação Geral do XIII CONAGES

  
Comissão Organizadora XIII CONAGES

  
Flávio Rodrigo Valle Cantano  
Comissão Organizadora XIII CONAGES

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

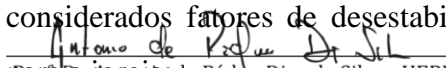
pública municipal da cidade de Caruaru no Agreste Pernambucano. Os sujeitos da pesquisa foram dois professores que dividiam as disciplinas do quinto ano do ensino fundamental, na escola escolhida, um professor que daremos o nome de P1, e uma professora, que daremos o nome de P2, por motivos éticos a fim de preservar suas identidades na discussão dos dados, a turma de quinto ano escolhida para pesquisa possuía 40 alunos, sendo 17 meninas e 23 meninos, a pesquisa foi realizado no segundo semestre do ano de 2016.

No que tange ao método epistemológico, nossa pesquisa é do tipo etnográfico na perspectiva de André (2011). Acreditamos que a partir desse método é possível levantar e categorizando os fenômenos que perpassam o dia a dia da realidade escolar com fidedignidade e isso atende a nossos objetivos. Na fase de tratamento dos dados utilizaremos a Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin (1977), por acreditar que essa técnica metodológica, traduz melhor os significados dos fenômenos obtidos na pesquisa do tipo etnográfico.

### **Uma breve contextualização histórica e conceitual da coeducação das relações de gênero na escola, para além das “misturas” entre meninos e meninas**

O movimento feminista Americano e Europeu trouxeram inúmeras contribuições a nossa sociedade quando reivindicaram e subverteram o lugar da mulher na sociedade patriarcal. No âmbito da educação não foi diferente, excluídas por séculos da escolaridade, por serem impedidas de frequentar a escola, que era destinada aos homens, as mulheres desse movimento, engajaram-se na luta por direitos educacionais de igualdade de gênero. As feministas consideravam que a melhor forma de se obter igualdade entre os sexos era através da educação indiferenciada para ambos os sexos, que seria concretizado na escola mista através da coeducação das relações de gênero (ALMEIDA, 2007, 2015).

No Brasil, por muito tempo a coeducação foi repudiada pela igreja católica que possuía motivos principalmente de ordem “moral”, motivo esse, que sempre recaía em forma de restrições sobre a mulher, que devia ser educada para a esfera privada, para ser uma boa esposa, uma boa mãe e boa dona de casa. A educação igual para ambos os sexos significaria para a igreja católica, uma ameaça para as famílias, assim a profissionalização feminina, a concessão de direitos civis como o voto e a inserção na política eram combatidos por serem considerados fatores de desestabilização social, pois, de acordo com Almeida (2007, p.71)

  
Antônio de Pádua Dias da Silva - UEPB  
Coordenação Geral do XIII CONAGES

  
Amanda Motta Castro  
Comissão Organizadora XIII CONAGES

  
Marcio Rodrigo Vale Caetano  
Comissão Organizadora XIII CONAGES

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

[...] as leis naturais tinham estabelecido o lugar da mulher no lar e o dos homens na vida pública. Juntar dois seres tão diversos e com destinação tão diferente se constituía uma inobservância das leis divinas e da natureza. Subverter essa ordem seria desobedecer a Deus. [...]

Desta forma para a igreja católica brasileira do final do século XIX o ensino na coeducação significaria uma ameaça a sociedade, a moral e aos bons costumes e poderia desvirtuar as mulheres de sua função social preestabelecida pela igreja, calcada sob princípios “biológicos” e fundamentalmente religiosos.

Segundo Almeida (2007, 2015), as ideias de escolas coeducativas entram no Brasil através dos missionários protestantes Norte Americanos por volta de 1870, que possuíam ideias democráticas de liberais, que movidos por interesses econômicos utilizavam as ideias feministas de igualdade educacionais sem distinção de gênero. Desta forma, as escolas mistas se proliferaram no Brasil, muito mais pelas condições socioeconômicas em que o país se encontrava, já que custavam menos aos cofres público, do que, por uma ideologia de igualdade. Auad (2006), ressalta sobre essa discussão que o projeto inicial de coeducação no Brasil falhou, pois o que de fato foi implantado no país, foi um modelo de escolas mistas, o projeto de coeducação feminista de equidade de gênero foi suprimido pelo sistema.

A partir da “segunda onda” o movimento feminista, ganha ainda mais força, no que se refere aos direitos da mulher, em meados de 1960, surge a teorização da problemática do conceito gênero no movimento, que agora, se volta para o campo acadêmico (LOURO, 1997). As estudiosas feministas denunciam então, o ocultamento da mulher na esfera pública e acadêmica, com estudos que tinha por objetivo tornar visível o sujeito mulher que historicamente esteve restrito a esfera privada, estes estudos, então, dão voz aquelas que eram sumariamente silenciadas pela norma masculina.

Estes estudos questionam principalmente o determinismo biológico que sustentava a tese de que por serem sexualmente diferentes homens e mulheres teriam posições sociais diferentes, utilizada por séculos para justificar a desigualdade social entre homens e mulheres. Assim, os estudos vêm demonstrar que não são as características sexuais, mas o que se fala ou se pensa sobre elas, que vai construir o que é masculino ou feminino em uma sociedade e em um tempo histórico. O debate vai se construir sobre uma nova análise onde gênero passa a ser o conceito central da discussão, conceito esse que passa a incluir também as questões do homem, e das masculinidades (LOURO, 1997).

Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva - UEPB

Amanda Motta Castro

Marcelo Rodrigo Vale Castano

Desde as múltiplas marcas que a cultura impõe em nossos corpos, Butler (1990), destaca o gênero como a inscrição primeira,

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br

www.generoesexualidade.com.br

inauguradora do processo de subjetivação, para a autora:

No lugar de uma identificação original a servir como causa determinante, a identidade de gênero pode ser preconcebida como uma história pessoal/cultural de significados recebidos, sujeitos a um conjunto de práticas imitativas que se referem lateralmente a outras imitações e que, em conjunto, constroem a ilusão de um eu de gênero primário e interno marcado pelo gênero, ou parodiam o mecanismo dessa construção (p. 197).

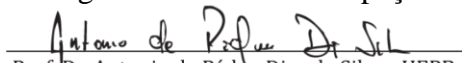
Nesse sentido, a identidade de gênero se forma pelo aprendizado cultural de significados performativos de modelos fornecidos pela cultura. Sendo assim, a biologia não define o humano, pois este se mostra necessariamente plástico e conseqüentemente múltiplo (BUTLER, 1990). Não obstante, as relações dicotômicas não são suficientes para compreender as relações de gênero, é preciso observar também que estas relações, que são sociais e históricas, constituem e são constitutivas dos gêneros e implicam em relações de poder. Assim, Louro (1997, p.41) afirma que: “os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder.” É no interior das redes de poder que são instituídas e nomeadas as diferenças e desigualdades.

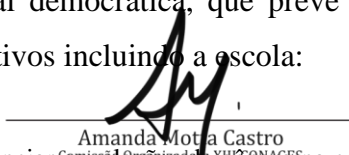
É a partir da intersecção entre a luta feminista acadêmica e política das relações de gênero que surge os conceitos contemporâneos de coeducação. Almeida (2007a), conceitua pedagogicamente coeducação como sendo:

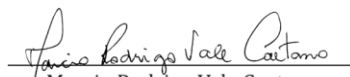
Na terminologia pedagógica, coeducar se refere ao ato educativo no qual ambos os sexos aprendem na mesma escola, na mesma classe, nas mesmas horas e utilizando-se os mesmos métodos, as mesmas disciplinas e com os mesmos professores, todos sob uma direção comum [...] (p. 64).

E ainda para a autora a coeducação acontece de fato quando: “é colocada a exigência de cooperação entre os sexos em todas as atividades escolares e se impõe a necessidade de respeito à individualidade pessoal e sexual de cada educando, o que é também o pressuposto básico da ação educativa” (p. 64). Nessa visão, se estabelece o princípio de igualdade na diferença, não havendo diferenciação de qualquer natureza entre meninos e meninas.

Para a autora Daniela Auad (2006), a coeducação ganha um aspecto mais amplo se configurando como política educacional democrática, que prevê medidas de inter-relações entre gênero em diversos espaços educativos incluindo a escola:

  
Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva - UEPB  
Coordenação Geral do XIII COAG

  
Amanda Motta Castro  
Coordenação Geral do XIII COAG

  
Marcio Rodrigo Vale Caetano  
Coordenação Geral do XIII COAG

Um modo de gerenciar as relações de gênero na escola, de maneira a questionar e reconstruir as ideias sobre o feminino e sobre o masculino. Trata-se de

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

uma política educacional, que prevê um conjunto de medidas e ações a serem implementadas nos sistemas de ensino, nas unidades escolares, nos afazeres das salas de aulas e nos jogos e nas brincadeiras dos pátios (AUAD, 2006, p. 79).

Auad (2006), faz também, uma diferenciação entre escolas mistas e coeducação pois para a autora, além dos meninos e meninas, estarem “misturados” realizando as mesmas atividades de forma que as diferenças sejam respeitadas, é necessário que as oposições históricas sobre o lugar da mulher e do feminino e do homem e do masculino na sociedade, e as relações de gênero que também compreendem, relações de poder, sejam questionados na escola e que as práticas pedagógicas tenham um sentido definido.

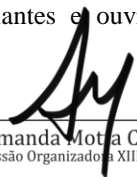
A escola ocidental da sociedade capitalista que nos formou e continua a formar, é historicamente marcada pelas distinções e desigualdades, pois através de seus rituais, símbolos e códigos historicamente construídos a escola aponta o que deverá ser modelo para que os sujeitos se reconheçam, ou não, nesses modelos. A escola então, institui múltiplos sentidos além de marcar desigualdades, pois para a autora citada o modo como a escola distingue meninos e meninas, apontando o que é correto para um e errado para outro a partir de suas práticas, produz o *corpo escolarizado*<sup>1</sup>. Deste modo, gestos, olhares, movimentos e discursos são produzidos no espaço escolar e incorporados ao movimento diário da escola, por meninos e meninas, tornando-se parte de seus corpos (LOURO, 1997).

Desta forma para Louro (1997), se admitirmos que a escola não só transmite conhecimentos como também “fabrica” sujeitos, produzindo identidades sociais, temos que reconhecer que essas identidades são formadas a partir de relações de desigualdade. Assim ao perceber esse contexto social e histórico, o qual a escola está inserida, encontramos justificativas para poder intervir na continuidade dessas desigualdades.

A pedagogia feminista, que é uma das pedagogias que vem a influenciar a coeducação, pode ser pensada como um novo modelo que possa vir a contribuir com o enfrentamento as desigualdades de gênero na escola, nas palavras de Louro (1997), a pedagogia feminista:

vai propor um conjunto de estratégias, procedimentos e disposições que devem romper com as relações hierárquicas presentes nas salas de aula tradicionais. A voz do/a professor/a, fonte da autoridade e transmissora única do conhecimento legítimo, é substituída por múltiplas vozes, ou melhor, é substituída pelo diálogo, no qual todos/as são igualmente falantes e ouvintes, todos/as são capazes de expressar (distintos) saberes (p. 113).

  
Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva - UEPB  
Coordenação Geral do XIII CONAGES

  
Amanda Motta Castro  
Comissão Organizadora XIII CONAGES

  
Marcio Rodrigo Vale Caetano  
Comissão Organizadora XIII CONAGES

<sup>1</sup> Termo usado pela autora Guacira Louro no livro: *Gênero Sexualidade e Educação: uma análise pós-estruturalista* em 1997, para designar as marcas que a escola produz nos corpos dos sujeitos.

Desta forma, a pedagogia feminista, pelo ideal de coeducação, coloca no plano de igualdade o saber acadêmico que é passado pelo professor e o saber pessoal do aluno, estimulando a fala de sujeitos que foram historicamente calados pela cultura hegemônica, transformando a competição em cooperação, assim as hierarquias e as classificações são questionadas, subvertendo o modelo tradicional do processo de ensino/aprendizagem, no qual, apenas um sujeito é detentor de conhecimento. (LOURO, 1997).

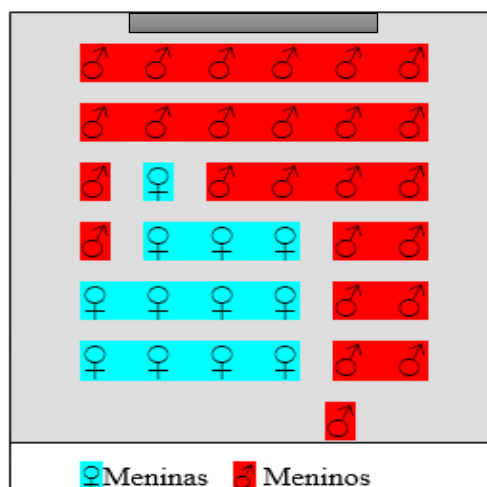
Não obstante, segundo Auad (2006), para que a escola possa mudar a forma como trata das questões de gênero é preciso que algumas transformações aconteçam, tais como: mudanças na legislação, nos currículos escolares, nos sistemas educacionais, na relação professor/a aluno/a, nas relações dos agentes da escola, nos livros didáticos para que não reproduzam desigualdades. No entanto, mesmo se essas ações não se desenvolvam, pois levam tempo e dependem em sua grande maioria de ações políticas e legislativas, os professores e professoras podem e devem assumir práticas coeducativas, no dia a dia, da sala de aula.

### **Analisando as práticas de mistura e separação: o lugar da coeducação das relações de gênero na prática docente**

A fim de responder nossos objetivos pensamos que se faz necessário compreendermos as características comportamentais e relacionais da turma do quinto ano, na qual realizamos a pesquisa, e as práticas realizadas pelos professores em relação aos/a alunos/as. O quadro a baixo, nos dá a possibilidade de visualizarmos como os alunos se distribuem na sala de aula:

#### **Quadro 1 –**

#### **Disposição dos alunos/as na sala**



*Antonio de Pádua Dias da Silva*  
Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva  
Coordenação Geral do XIII CONAGES

*Marcio Rodrigo Vale Caetano*  
Marcio Rodrigo Vale Caetano  
Comissão Organizadora XIII CONAGES

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

Fonte: Produzido pelo autor

E claramente visível a partir da disposição dos/as alunos/as no quadro 1, a divisão que existe na turma entre meninos e meninas. A turma possui 40 alunos onde 16 são meninas e 24 meninos, nesse dia haviam 37 presentes, onde as meninas são minoria e se sentam sempre do lado esquerdo, já os meninos, sempre estão em maioria e sentam nas carteiras da frente, e no canto direito, a partir do extrato do diário de campo a seguir é possível compreendermos melhor como funciona a turma no que se refere as relações estabelecidas em sala.

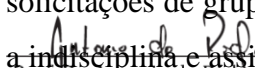
Pôde ser observado também que durante atividades em que é solicitado a interação dos alunos há pouca interação entre meninos e meninas, as interações se dão quase sempre por afinidade menino/menino, menina/menina, assim como em momentos de distração, ou em momentos em que o professor sai de sala, Foi observado que os meninos solicitam mais a atenção do professor os meninos da frente ao questionar atividades, solicitar correção de atividades e ao participarem das aulas, e os do fundo através da indisciplina (DIARIO DE CAMPO, 26 de outubro de 2016).

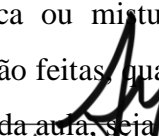
A esse respeito Louro (1997), nos alerta para a finalidade naturalizaste das relações que são constituídas no espaço escolar, assim como, a forma como esse espaço é utilizado de maneira diferenciada por meninas e meninos, não só o espaço físico, mas também o espaço sonoro. Pois, “por um aprendizado eficaz, continuado e sutil, um ritmo, uma cadência, uma disposição física, uma postura parece penetrar nos sujeitos” (p. 61) e produzir, o que a autora chama de identidade, ou corpo escolarizado.

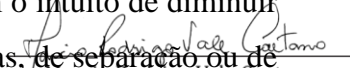
Na nossa observação verificamos que o uso dos gêneros nas práticas de mistura e separação são feitas tanto pelo professor P1, quanto pela professora P2, no entanto, essas práticas são feitas na maioria das vezes com a intenção de conter a indisciplina e não como uma prática coeducativa de respeito as diferenças, são práticas que ao contrário reforças divisões e desigualdades de forma normalmente imposta, não obstante, nas entrevistas tanto o professor P1, quando a professora P2, afirmam que as misturas feitas são por motivos de integração e que as separações feitas por eles são por motivos de indisciplina.

Entretanto, as observações das aulas nos revelaram que tanto as práticas de misturas quanto as de separação, ocorrem na maioria das vezes em momentos de indisciplina e não há uma problematização do motivo da troca ou mistura dos alunos e quando são feitas solicitações de grupos ou de duplas, estas, são feitas, quase sempre, com o intuito de diminuir a indisciplina e assim facilitar o andamento da aula, seja grupos ou duplas, de separação ou de mistura, vejamos as falas do professor P1 a

respeito dessa questão:

  
Prof. Dr. Antônio de Padua Dias da Silva - UEPB  
Coordenação Geral do XIII CONAGES

  
Amanda Mota Castro  
Comissão Organizadora XIII CONAGES

  
Marcio Rodrigo Vale Caetano  
Comissão Organizadora XIII CONAGES



**Então, as vezes meio que forçadamente eu proponho a mistura, para que eles interajam, dialoguem entre eles, mas também proponho grupos e atividades de modo que haja separação, no caso, não mistura entre eles, mas uma separação, às vezes quando formo um grupo, às vezes em hora da saída, mando as meninas na frente, depois os meninos, ou meninos e meninas. Propositalmente também, às vezes eu separo, ou formo grupos, só grupos de meninos ou só grupos de meninas também para diferenciá-los.** (Entrevista com P1, 7 de novembro de 2016).

Na fala de P1, fica um pouco confuso e contraditório o motivo da separação e da diferenciação que ele faz entre meninos e meninas, como pode ser observado nos grados 1 e 2 não vemos os alunos misturados nas bancas, na sua fala é possível perceber que ele parece entender a importância de propor a mistura entre meninos e meninas em alguns momentos, o que poderia se aproximar de uma prática coeducativa, mas, no entanto, na nossa observação, ficou evidente que isso é feito em situações de indisciplina, tanto na situação que ele sugere separação quanto na situação de mistura, a mistura que ele trata é feita de forma forçada porque os alunos de gêneros diferentes normalmente não interagem entre si, pois se relacionam quase sempre com sujeitos do mesmo gênero e não querem sair do grupo que estão, o que seria comum se não acontecesse em todo o tempo, isso provoca barulho na sala, pois os alunos ficam na maioria das vezes no seu grupo de iguais, para conter a indisciplina o professor sugere a mistura.

Fazemos essa inferência pelas observações que sempre apontavam situações de indisciplina, não verificamos nenhum momento em que as misturas foram feitas onde o motivo não fosse a indisciplina ou facilitar o andamento da aula, que daria no mesmo (conter a indisciplina)

Desta forma, na nossa observação em campo pudemos perceber que ocorreram várias situações onde os/as professores solicitam que os alunos/as formem duplas ou grupos, não obstante, por motivos de diminuir a indisciplina e facilitar a atividade proposta, como esses grupos são formados para facilitar a aula, ou as duplas e grupos são formados por proximidade, na indicação dos professores, ou os próprios alunos formam suas duplas ou grupos se juntando a colegas que têm mais afinidade, geralmente do mesmo sexo, como pode ser visto no quadro 2, onde P1 solicita que os/as aluno/as formem duplas afim de viabilizar a atividade proposta:

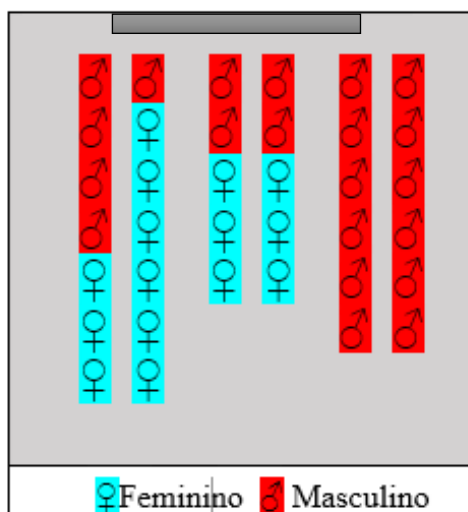
  
Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva - UEPB  
Coordenação Geral do XIII CONAGES

  
Amanda Motta Castro  
Comissão Organizadora XIII CONAGES

  
Marcio Rodrigo Vale Caetano  
Comissão Organizadora XIII CONAGES

## Quadro 2-

### Disposição dos alunos na sala



Fonte: Produzido pelo autor

As duplas formadas nessa atividade como mostra o quadro 2 não viabilizam a mistura de gênero, tendo em vista que, são feitas pelo critério afinidade ou proximidade, por isso, há apenas 3 grupos mistos, num total de 15 duplas, essa atividade foi feita na aula do professor P1, mas também aconteceu isso algumas vezes na aula da professora P2. Na entrevista de P2 sobre essa questão podemos perceber que ela deixa os alunos fazerem suas duplas por afinidade ou proximidade e que ela não escolhe os gêneros na formação das duplas ou grupos, o que seria positivo se a turma não fosse tão dividida:

[...] não acho que tem que ter isso de menino com menino e menina com menina não. **Até porque, assim, quando eu faço duplas na sala eu nem olho quem tá do lado do outro, eu vou juntando quem está próximo, se for menino vai com menino ou menina.** Eu deixo eles ficarem juntos, portanto que eles façam o trabalho (Entrevista com P2, 7 de novembro de 2016).

Na fala dela, assim como nas falas de P1 é possível perceber que eles de alguma forma compreendem que as separações de gênero podem corresponder a concepções arcaicas de sujeitos, de educação e de relações de gênero, no entanto, na prática deles isso não se personifica enquanto atividades de mistura coeducativa, tendo em vista que a prática parece não ser pensada no que tange a essa questão, fica apenas no campo teórico, na fala. Desta forma, eles propõem misturas em atividades durante as aulas para facilitar o andamento pedagógico e ao não perceber que a turma é marcadamente dividida nas suas relações de gênero, os professores acabam por reforçam

as separações inclusive intencionalmente em alguns casos, “portanto que eles façam o trabalho” como coloca a professora P2

Com relação especificamente as práticas de mistura que é condição indispensável para que exista a coeducação Auad (2006), vem nos alertar para o fato de que se essas práticas não tiverem uma função pedagógica pensada para integração e respeito as diferenças, essas, não corresponderão a práticas coeducativas, pois a mistura entre meninos e meninas sem uma reflexão que vise uma igual valorização de gênero pode cristalizar o aprendizado da separação reproduzindo hierarquias.

### **Considerações Finais**

As práticas de mistura e separação dos professores relativas as questões de gênero, apontam para um reforço das separações históricas entre homens e mulheres, os primeiros sempre ocupando os maiores espaços e inclusive quando este é sonoro, e quando comparamos essa realidade escolar com a nossa sociedade que ainda é patriarcal e sexista não é muito difícil vermos homens ocupando os maiores espaços, sejam estes econômicos ou políticos sempre de privilégios. Se faz importante pensar que se não tivermos praticas pedagógicas pensadas para o termino das desigualdades de gênero, essas continuarão sendo reforçadas excluindo sujeitos e agravando ainda mais as desigualdades de gênero existentes na escola.

Desta forma a partir das análises da disposição dos alunos em sala de aula em contraponto com as práticas de misturas e separação que foram empenhadas pelo/as professores em articulação com suas falas registradas em entrevistas verificamos que os usos das relações de gênero nas práticas dos docentes, eram feitos, na maioria das vezes, para conter a indisciplina dos alunos/as e assim facilitar a aula. Nesse sentido, não verificamos práticas completas de coeducação.

Não obstante, de um modo geral, mesmo em meio a tantas práticas já obsoletas em relação ao uso dos gêneros em sala de aula, foi possível perceber a partir das entrevistas que de alguma forma o/as professores entendem a importância de práticas para a equidade de gênero, o que possibilitaria o enfrentamento das desigualdades de gênero, no entanto, ao não perceber a separação de gênero que tem sua turma e ao não dispor de uma prática coeducativa pensada para o termino das desigualdades de gênero, nada é feito a esse respeito, restando apenas a reprodução de que está historicamente estabelecido. Sabemos a partir da realidade de

Antonio de Paiva D. Silva  
Coordenação Geral do XIII CONAGES

Comissão Organizadora XIII CONAGES

Comissão Organizadora XIII CONAGES

desigualdade para qual a escola ainda está imersa, que precisa ser ampliado, precisa estar nos currículos de

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

formação docente, e nos currículos escolares, assim como também, precisam se tornar políticas públicas. Deste modo, conforme analisado e discutido aqui compreendemos que a coeducação enquanto prática docente pedagógica parece ser uma alternativa viável se aliada a uma rede democrática de enfrentamento as desigualdades e promoção de cidadania.

## Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas. São Paulo. Editora Patirus. 18<sup>a</sup> edição. 2011.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Meninos e meninas estudando juntos: os debates sobre as classes mistas nas escolas brasileiras (1890/1930)**. Revista HISTEDBR On-Line, v. 14, n. 58, 2015. Disponível em:<<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640382>>. Acesso em:10 de outubro de 2016.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Co-educação ou classes mistas? Indícios para a historiografia escolar (São Paulo—1870-1930)**. Revista brasileira de estudos pedagógicos, v. 86, n. 213/214, 2007a. Disponível em:< <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/836>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

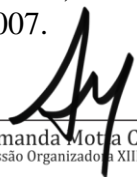
LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, escola e identidade**. Educação & Realidade, v. 25, n. 2, 2000. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?q+=corpo+escola+e+identidade+Guacira+Lopes+louro&btnG=&hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5](https://scholar.google.com.br/scholar?q+=corpo+escola+e+identidade+Guacira+Lopes+louro&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5)>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, 2<sup>a</sup> ed. Autêntica, 2001.

MINAYO. M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25 ed. revista e atualizada. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

  
Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva - UEPB  
Coordenação Geral do XIII CONAGES

  
Amanda Motta Castro  
Comissão Organizadora XIII CONAGES

  
Marcio Rodrigo Vale Caetano  
Comissão Organizadora XIII CONAGES